

BOLETIM

eletrônico



Brasília | 31 de julho de 2015 | número 36



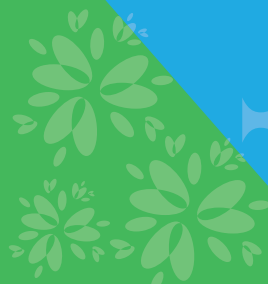
Silvia Burmeister com o presidente da OABMG, Luís Cláudio Chaves.

CONAT contará com apoio de várias OAB's

Pág. 2

AATSP apresenta suas ações
Pág. 10

Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco divulga nota contrária ao fechamento da Justiça do Trabalho
Pág. 5



INSCRIÇÕES
ABERTAS

XXXVII
CONAT

www.conat215.com.br

XXXVII CONAT:

OABMG e CAAMG serão parceiras da ABRAT



Em visita institucional à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais, a presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Silvia Lopes Burmeister se reuniu com o presidente Luís Cláudio Chaves. Na oportunidade, Silvia convidou Chaves para participar da XXXVII edição do Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT), que acontecerá nos dias 8 e 9 de outubro em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Segundo a presidente, já é tradição da ABRAT realizar grandes Congressos com importantes discussões na área do Direito do Trabalho como: honorários de sucumbência, PJe, trabalho escravo, conciliação, terceirização, entre outros. “A OAB mineira é parceira dos eventos promovidos pela Associação, adquirindo a condição de

seccional “amiga da ABRAT”, ressaltou Silvia. O CONAT é o maior Congresso de Direito Trabalhista do Brasil. O tema central do nesta edição é “O Direito Solidário e a Resistência da Advocacia Trabalhista.” Participaram da reunião entre Luís Cláudio Chaves e Silvia Burmeister, o diretor tesoureiro da OAB/MG e ex-presidente da ABRAT, Antônio Fabrício Gonçalves, a advogada Gláucia Campolina, a diretora do Fórum Permanente, Cidinha Rossi, e o diretor da ABRAT Jovem, Moysés Monteiro. Informações e programação completa também estão disponíveis em www.conat2015.com.br.

(Com informações Comunicação OAB/MG)

Com apoio da ABRAT, advogados mineiros conseguem atendimento durante greve de servidores



O Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região (TRT3) deferiu solicitação da OAB/MG para que seja garantido, durante a greve dos servidores, atendimento mínimo aos advogados e jurisdicionado, incluindo audiências.

A solicitação para garantir atendimento mínimo na justiça trabalhista foi referendada pela Associação Mineira de Advogados Trabalhistas (AMAT) e pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT).

De acordo com a presidente do TRT3, Maria Laura Franco, o Tribunal editou portaria garantindo que “os serviços de todas as unidades judiciárias e administrativas deverão ser mantidos com patamar mínimo de 40% dos servidores, durante o período de paralisação”.

Participaram de reunião Silvia Burmeister (presidente da ABRAT) Eliseu Marques (vice-presidente OAB/MG), Isabel Dorado (presidente da AMAT); Cassia Hatem (diretora da AMAT); Marco Antônio Freitas (diretor do Departamento de Apoio ao Advogado Trabalhista - DAAT); e Adriano Cardoso (diretor do Departamento de Apoio ao Advogado da Capital – DAAC).

(Comunicação OAB/MG)



Associação dos Advogados
Trabalhistas do Mato Grosso do Sul



Pré CONAT II

- 10h** **A advocacia no âmbito do Direito Sindical**
Alessandra Camarano - DF
- 10h30** **Assédio Moral e Sexual no Direito do Trabalho**
Karlla Patricia Souza - MT
- 11h** **Novo Recurso de Revista**
Ronaldo Tolentino - DF
- 11h30** **O jovem e a advocacia trabalhista**
Moyses Monteiro - MG
- 14h00** **Os Reflexos do CPC no processo trabalhista**
Juliana Cruz - PE
- 14h30** **O Trabalho Escravo Contemporâneo**
Diego Granzoto - MS
- 15h** **A Mulher e o Direito do Trabalho**
Patricia Carvalho - PE
- 15h30** **Honorários Advocatícios**
Oswaldo Rotbande - RJ
- 16h** **Dispensa discriminatória**
Vitor Noé - RO
- 16h30** **O controle da jornada dos motoristas**
Ynes da Silva Felix - MS
- 17h** **Terceirização**
João Pedro Ferraz dos Passos - DF
- 17h30** **Debate**

Auditório do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região

28 AGO
2015

ENTRADA FRANCA

Vagas limitadas
250

XXXVII CONIAT

Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas

Campo Grande - 08 e 09 de outubro
Bonito - 10 e 11 de outubro - turismo*
Mato Grosso do Sul - 2015



Associação dos Advogados
Trabalhistas de Mato Grosso do Sul

ABRAT

Associação Brasileira
de Advogados Trabalhistas



CAA

* Dias 10 e 11 de outubro passeios turísticos em Bonito - opcional

Não ao Fechamento da Justiça do Trabalho Recife! A AATP cobra melhorias imediatas!

A AATP - Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco manifesta sua profunda preocupação com os efeitos da decisão da 1ª Vara Federal em Pernambuco que determinou, liminarmente, prazo de 05(cinco) dias para a retirada dos órgãos e entidades que funcionam no prédio da Sudene. Isto inclui as 23 Varas do Trabalho de Recife, que compõem a Primeira Instância da Justiça do Trabalho de Pernambuco. As condições precárias do Prédio da Sudene são de pleno conhecimento da sociedade. A AATP inclusive já se posicionou diversas vezes acerca da necessidade de providências imediatas sejam tomadas pelos órgãos responsáveis. Além disso, nossa entidade apoia a mudança provisória da Justiça do Trabalho para outro local com condições dignas de trabalho para a advocacia, enquanto que as novas instalações e construção, sejam concluídas.

Entretanto, a abrupta suspensão das atividades da Justiça do Trabalho, determinada na eferida decisão judicial, gera irreparáveis prejuízos à advocacia e à toda sociedade. A Justiça do Trabalho tem por missão realizar justiça pela pacificação social. A Justiça do Trabalho desempenha uma crucial função social, restaurando a dignidade dos seres humanos, através do julgamento das ações coletivas e individuais.

Neste sentido, a AATP, embora ciente das precárias condições do prédio da Sudene, entende que a decisão judicial de interditar todo o edifício impõe o fechamento da Justiça do Trabalho por tempo indeterminado. Tal decisão criará uma situação de caos e insegurança jurídica, que colocam em risco o objetivo maior de promoção e reparação de direitos. A simples interdição não será a solução do problema. Ao contrário, criará um problema ainda maior ao exercício profissional, e danos incomensuráveis à toda a sociedade.

Entendemos que é, sim, necessária uma solução dos problemas. Os serventuários, usuários e a advocacia devem ser ouvidos como parte desta solução, jamais como obstáculos a ela. A melhor atitude é ponderar entre a necessidade de adequar as condições do edifício e a manutenção do funcionamento da Primeira Instância da Justiça do Trabalho do Recife. Todos os ajustes de segurança necessários para garantir a integridade da vida devem ser realizados, todavia, sem interrupção da prestação jurisdicional.

Não se resolve um problema criando outro maior!

Não aceitamos o fechamento Imediato da Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho é uma Justiça Social.

E não existe democracia sem Justiça.

Recife, 28 de julho de 2015

Patrícia Carvalho
Presidenta da Associação dos Advogados Trabalhistas de Pernambuco

Diretoria ABRAT - 2014/2016

Diretoria Executiva

- » **Presidente** Sílvia Lopes Burmeister (RS)
- » **Vice Presidente** Roberto Parahyba de Arruda Pinto (SP)
- » **Secretário Geral** Eliomar Pires Martins (GO)
- » **Diretora Financeira** Araújo Baptista (RJ)
- » **Vice Presidente Região Norte** Vitor Martins Noé (RO)
- » **Vice Presidente da Região Nordeste** Luciano Almeida (AL)
- » **Vice Presidente da Região Centro Oeste** Pedro Mauro R.de Arruda (MS)
- » **Vice Presidente da Região Sudeste** Paulo Sérgio Marques dos Reis (RJ)
- » **Vice Presidente da Região Sul** Gustavo Villar Mello Guimarães (SC)
- » **Vice Presidente do Distrito Federal** Alessandra Camarano Martins (DF)

Diretoria Colegiada

- » **Diretor de imprensa, divulgação e revista** Olimpio Paulo Filho (PR)
- » **Diretor de assuntos legislativos** Ronaldo Ferreira Tolentino (DF)
- » **Diretor de assuntos jurídicos** José Hildo Sarcinelli Garcia (ES)
- » **Diretor Social** Marcondes Oliveira (PE)
- » **Diretor de informática** Gustavo Juchem (RS)
- » **Diretor de especialização** Antônio Fabricio de Matos Gonçalves (MG)
- » **Diretor de temas estratégicos** Jefferson de Lemos Calaça (PE)
- » **Diretor de eventos** Ivan Issac Ferreira Filho (BA)
- » **Diretor de relações Institucionais** Nilton da Silva Correia (DF)
- » **Diretor de relações ABRAT /JUTRA** Haley Ximenes (CE)
- » **Diretor de Relações ABRAT/ALAL** Manoel Frederico Vieira (MG)
- » **Diretor de Convênios** Gil Luciano Domingues (RJ)
- » **Diretor da Revista da ABRAT** Benizete Medeiros (RJ)
- » **Diretor de Relações entre Associações** Luciana Barcelos Slosbergas (SP)
- » **Diretor de jornal virtual** Maria Cristina Carrion de Oliveira (RS)
- » **Diretor de assuntos jurisprudenciais** Jocelino da Silva (SP)
- » **Diretor Direito Coletivo/Sindical** Patrícia Carvalho (PE)
- » **Diretor Escola Nacional de Advocacia Trabalhista** Carlos Tourinho (BA)
- » **Diretor da ABRAT Jovem** Moyses Fonseca Monteiro Alves (MG)
- » **Coordenador do Colégio de Presidente** Antônio Vicente Martins (RS)
- » **Comissão especial de Direito Desportivo** Paulo Rubens Máximo (RJ) e Afonso Celso Raso (MG)
- » **Comissão Especial do Processo Judicial eletrônico** Roseline Moraes (SE) e Cláudio Santos (PA)
- » **Comissão de resgate da memória e verdade dos advogados trabalhistas (aprovada em diretoria)** José Armando Guerra
- » **Comissão Especial de Prerrogativa** Marco Antônio Freitas

Conselho Consultivo Técnico

Professor Eugenio Hainzreder Júnior e Paulo Leal (RS), Professor Jorge Boucinhas, Otavio Pinto e Silva, Luis Carlos Moro e Magnus Farkatt (SP), advogados Ellen Hazan e Antonio Raimundo Queiros de Castro Junior (MG), João Pedro Ferraz dos Passos e Cezar Britto (DF), Professora Benizete Medeiros (RJ)



Informativo mensal da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

- » **Assessora de Imprensa** Mellissa Mendes
- » **Projeto Gráfico e Diagramação** Renato Diniz - Cooperi

Este é seu canal de comunicação com a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

Envie sugestões, críticas e o que desejar no ABRAT Eletrônico

Entre em contato pelo email:
mellissa.mendes@yahoo.com.br

Site: www.abrat.net

Facebook: www.facebook.com/redeabrat

Twitter: #abratnet

Consolidada parceria com IBDP

A Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas firmou parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

A intenção é trazer benefícios aos associados das duas entidades, bem como à sociedade.

Segundo a presidente do Instituto, Jane Lucia Wilhelm Berwanger, existem muitos interesses comuns entre ABRAT e o IBDP.

“Ninguém duvida da proximidade entre o Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário. Embora haja importantes diferenças, como por exemplo ser a primeira uma relação de Direito Privado e a segunda, uma relação de Direito Público, o cerne da Previdência Social está em torno do trabalho”, afirma Jane.

A presidente ainda afirma que por esta proximidade, que faz com que muitos clientes dos

advogados trabalhistas também necessitam da atuação na área previdenciária. “Assim, nada mais natural do que reunirem-se, estabelecendo relações próximas, de mútua colaboração, as maiores instituições de Direito do Trabalho e de Direito Previdenciário” explica Jane.

IBDP

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário existe há 10 anos.

Segundo Jane, o crescimento do IBDP é notório e reconhecido no meio jurídico. “A par do aumento do número de associados, conseguimos estabelecer, nos últimos anos, novas inserções, ocupando um espaço fundamental em defesa do Direito Previdenciário”, finaliza a presidente do IBDP.

Créditos trabalhistas serão corrigidos pela inflação

Em decisão histórica, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que os créditos provenientes de ações trabalhistas sejam corrigidos de acordo com a inflação. Por entendimento unânime, o plenário da corte considerou inconstitucional a aplicação da TR, valendo agora o IPCA-E. A OAB participou do julgamento como amicus curiae.

O presidente nacional da Ordem, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, fez sustentação oral no julgamento e definiu a decisão do TST como uma vitória de toda a sociedade. “Essa decisão histórica teve a participação da OAB, que funcionou não apenas em benefício dos advogados, mas em favor da sociedade brasileira”, disse. O TST levou em consideração no julgamento a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu como inconstitucional o uso da TR (Taxa Referencial) como

índice de correção monetária. A Suprema Corte definiu que o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) representa índice que reflete a inflação e a manutenção do valor da moeda, recompondo, assim, o patrimônio lesado. (Comunicação CFOAB)

Abrat

A ABRAT na pessoa de Nilton Correia, ex-presidente e atualmente diretor de relações institucionais, levou em maio de 2015 o pleito junto ao TST quando da participação no Seminário de Execução Trabalhista da necessidade de alteração do índice de atualização dos créditos trabalhista, inclusive com expressa referência a súmula do TRT4 de nº 49.

Depósitos recursais têm reajuste

O Tribunal Superior do Trabalho divulgou, por meio do ato 397/2015, os novos valores referentes aos limites de depósito recursal, que passarão a vigorar a partir de 1º de agosto deste ano.

De acordo com a nova ta-

bela, a interposição de Recurso Ordinário passa a ser de R\$ 8.183,06, e para o caso de Recurso de Revista, Embargos, Recurso Extraordinário e Recurso em Ação Rescisória, o valor será de R\$ 16.366,10.

Os novos valores estão pre-

vistos no artigo 899 da CLT e foram reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE no período de julho de 2014 a junho de 2015.



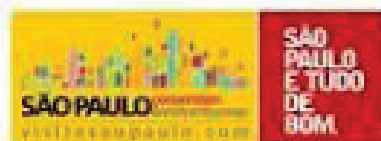
Instituto Brasileiro
de Direito Previdenciário

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

I CONGRESSO IBERO AMERICANO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

7, 8 e 9 de outubro de 2015
Grand Hyatt São Paulo
São Paulo - SP

BenefícioSP



PÚBLICO-ALVO

O evento é destinado a advogados, juizes, procuradores, defensores públicos, professores, acadêmicos, servidores públicos, entre outros.

INVESTIMENTO

CATEGORIAS	ATÉ 31/07	ATÉ 30/08	ATÉ 07/10
ASSOCIADOS AO IBDP	R\$ 310,00	R\$ 344,50	R\$ 385,00
NÃO ASSOCIADOS AO IBDP	R\$ 620,00	R\$ 689,00	R\$ 770,00
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO**		R\$ 385,00	

Os valores incluem a participação em até 04 oficinas, 01 estudo de caso, palestras e emissão de certificado de 20 horas.

** Estudantes (apenas cursando a graduação): no credenciamento do evento apresentar o comprovante de matrícula, carteira de estudante com validade ou boleto bancário da instituição.

INSCRIÇÕES

Exclusivamente através do site do IBDP:
www.ibdp.org.br até 05/10/15.

INFORMAÇÕES

eventos@ibdp.org.br ou pelo telefone (41) 3045 8351.

REALIZAÇÃO



Instituto Brasileiro
de Direito Previdenciário

Rua Sauer, 100 - 417
Praça - 13.000 - Curitiba
CEP 81270-000 - Curitiba - PR

Telefone:
(41) 3045-2314 | Administrativo e Financeiro
(41) 3045-8351 | Curitiba

www.ibdp.org.br | www.beneficiosp.org.br | www.ibe.org.br

A precarização do trabalho do Advogado

* *Monsuêto Cruz*



Ao longo da existência do Movimento a Ordem é para Todos estão sendo ouvidos em todo o Estado de Pernambuco testemunhos gravíssimos de advogados submetidos a trabalho precarizado dentro dos escritórios de advocacia do Estado de Pernambuco. Dentre as muitas denúncias lançadas, en-

contramos três que merecem destaque: o trabalho clandestino de advogados que são verdadeiramente empregados, o pagamento de valores vis pela atuação do profissional advogado e o altíssimo índice de incidência de assédio moral e sexual no exercício da advocacia.

Com relação ao primeiro tema, vê-se claramente o uso da previsão legal do advogado associado para mascarar relações de trabalho subordinadas. Concede-se frequentemente 0,001% das quotas sociais para os advogados apenas com o intuito de afastar a relação de emprego, sem deixar, contudo, de manter, sobremodo os jovens advogados, subordinados, com jornadas de trabalho que excedem 12 horas por dia, impossibilitados de construir sua própria carteira de clientes, fatos que estão produzindo uma geração de bacharéis em direito verdadeiramente traumatizada com a advocacia.

Não fosse isso suficiente, ainda se verifica que a ganância pelo lucro é desmedida e sequer se reconhece o valor dos profissionais contratados. Considerando o volume de horas trabalhadas e o valor do salário mensal, que em alguns casos chega a ser de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), vê-se no mercado advogados recebendo pouco mais de um salário mínimo/hora, sem direito a férias ou décimo terceiro salário, com irrisórias participações nos lucros, que são concedidas apenas para tentar colocar um colorido maior na pre-

carização descrita no parágrafo anterior.

Por fim, não se pode deixar de frisar o volume de testemunhos de advogados que são vítimas de assédio moral e são submetidos a produzir em baias de trabalho minúsculas, com volume excessivo de trabalho, metas e cobrança de resultados, com gritos e humilhações contínuas nos corredores de trabalho e com intervalos para refeição breves e sempre interrompidos com cobranças de retorno para o escritório. Sem falar nas mulheres que são humilhadas nesses ambientes, que recebem propostas indecorosas e são vítimas de chantagem por superiores como condição de permanência ou de promoção no escritório.

Cumpra observar que todos esses fatores não atingem apenas as vítimas desse sistema, mas toda a classe da advocacia que se vê a cada dia mais desva-

lorizada e desrespeitada por magistrados, servidores, membros do ministério público e pela sociedade em geral. A desconfiança com que somos olhados chega a ser indignante e vexatória. Uma profissão que já foi das mais valorizadas do país hoje é repugnada por estudantes de direito que já entram nas faculdades querendo fazer concurso público e excluindo completamente a possibilida-

de de advogar.

Não se pode, por fim, deixar de considerar que esse cenário também é fruto de uma OAB omissa que não defende o profissional militante, que está mais interessada em executar anuidades em atraso do que em viabilizar para o advogado condições de trabalho melhores que possibilitem ao mesmo contribuir com seu órgão de fiscalização profissional, de uma ordem que prefere litigar em um processo ao lado de um escritório de advocacia a defender os interesses dos advogados precarizados, de uma ordem que esquece que os órgãos fiscalizadores da profissão devem atuar em prol de TODOS os advogados e não apenas de poucos que fazem parte do seu grupo político.

*Advogado pernambucano

“ Ainda se verifica que a ganância pelo lucro é desmedida e sequer se reconhece o valor dos profissionais contratados...”

Litigância de má-fé de empregada resulta em multa

Uma trabalhadora buscou na Justiça do Trabalho a reversão da dispensa por justa causa aplicada a ela, mas acabou sendo condenada, de ofício, a pagar multa por litigância de má-fé ao empregador, no importe de 1% do valor da causa.

Uma trabalhadora buscou na Justiça do Trabalho a reversão da dispensa por justa causa aplicada a ela, mas acabou sendo condenada, de ofício, a pagar multa por litigância de má-fé ao empregador, no importe de 1% do valor da causa. Com base nas provas levadas ao processo, a juíza Maria Cristina Diniz Caixeta, titular da 20ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, chegou à conclusão de que a reclamante sabia que os atestados médicos apresentados eram falsos. Para a magistrada, houve alteração da verdade dos fatos, de modo a caracterizar a litigância de má-fé.

A empregada sustentou que foi acusada injustamente de apresentar atestado médico falso, discordando da aplicação da justa causa pela empregadora, uma empresa do ramo de contabilidade. Além das verbas próprias da dispensa sem justa causa, ela pediu indenização por danos morais em razão de prejuízos sofridos com os fatos envolvendo a acusação. No entanto, a análise das provas revelou cenário totalmente diferente do alegado, conduzindo à improcedência dos pedidos.

Ouvida como testemunha, a médica indicada no atestado, negou ter prestado qualquer atendimento à reclamante. Segundo a profissional, ela sequer estava em Belo Horizonte no dia do suposto atendimento. A médica informou que já perdeu o carimbo profissional diversas vezes e que teve conhecimento pelo hospital de que uma recepcionista teria tido acesso a muitos carimbos e que estava sendo investigada por fornecer documentos falsos. O hospital apresentou documentação comprovando que a médica não trabalhou no dia em que a reclamante alegou ter sido atendida.

Conforme apurou a juíza, no carimbo utilizado no atestado constavam dados que são fornecidos apenas para fins fiscais. O CID registrado também não condiz com abalo psicológico da gestante, motivo apontado na reclamação para o atendimento médico. Além disso, a reclamante relatou, em depoimento, que o atestado teria sido entregue por uma recepcionista, o que chamou a atenção da magistrada. Ela estranhou que não tenha sido o próprio médico responsável pelo atendimento a fazer isso.

Para a juíza, a fraude praticada pela reclamante

é evidente, o que caracteriza o ato de improbidade, nos termos do artigo 482, alínea a, da CLT. “A falta cometida pela trabalhadora é gravíssima e abala por completo a confiança que o empregador detinha em si, não sendo necessário, no caso, a observância da chamada graduação punitiva, até porque não seria razoável aguardar que a reclamante reincidisse no ilícito para que fosse punida, sob pena de se gerar grandes prejuízos ao empregador”, destacou na sentença.

Nesse cenário, julgou improcedentes os pedidos e reputou a reclamante litigante de má-fé, condenando-a ao pagamento de multa em favor do empregador. A justiça gratuita pleiteada foi indeferida, por entender a julgadora que a reclamante não pode se beneficiar da sua litigância de má-fé, devendo assumir o resultado dos ônus processuais pela lide temerária. Ela determinou que, após o trânsito em julgado da decisão, sejam enviados ofícios à Polícia Federal e ao Ministério Público Estadual, para investigação e tomada de providências cabíveis diante dos fatos apurados no caso.

Foi apresentado recurso pela reclamante, ainda pendente de julgamento. (Comunicação TRT 3)

AGÊNCIA OFICIAL
MR VIAGENS
 (67) 3027-2001
 conat2015@mrviaagens.tur.br

OFERTAS A PARTIR DE:

HOTÉIS EM BONITO/MS		HOTÉIS EM CAMPO GRANDE/MS	
HOTEL DA PRAÇA	R\$ 143,88	IPE	R\$ 106,34
ARAUNA	R\$ 117,29	NOVOTEL	R\$ 149,50
POUSADA CHAMAMÉ	R\$ 154,26	IBIS	R\$ 92,22
SOLAR DO CERRADO	R\$ 108,51	DEVILLE	R\$ 169,50
POUSADA REMANSO	R\$ 125,27		
WETIGA	R\$ 290,43		
BONSAI	R\$ 123,76		
REFUGIO	R\$ 115,43		

SUGESTÃO DE PASSEIOS

GRUTA LAGO AZUL	R\$ 45,00
GRUTA SÃO MIGUEL	R\$ 45,00
GRUTA SÃO MATEUS	R\$ 45,00
FLUTUAÇÃO NO AQUÁRIO NATURAL	R\$ 170,00
FLUTUAÇÃO NO RIO SUCURI	R\$ 204,00
FLUTUAÇÃO NA NASCENTE AZUL COM ALMOÇO+PRAIA DA CAPELA	R\$ 172,00
PARQUE DAS CACHOIRAS COM ALMOÇO	R\$ 140,00
BALNEÁRIO DO SOL	R\$ 40,00

CONSULTE-NOS SOBRE O TRASLADO EM CAMPO GRANDE E BONITO

Condições Gerais: Cálculo de valores dos Hotéis em Campo Grande/MS a partir dos valores mencionados, por dia e por pessoa baseado em apartamento duplo. Nos Hotéis em Bonito/MS são calculados a partir dos valores mencionados, baseado em pacotes de 02 (duas) diárias, por dia e por pessoa em apartamento duplo, com exceção dos hotéis WETIGA e BONSAI que tem o cálculo baseado em pacotes de 03 (três) diárias, por dia e por pessoa em apartamento duplo. Lugares sujeitos a disponibilidade. Preços, datas e condições de pagamento sujeitos a análise e Os passeios são por pessoa e a partir dos valores mencionados e não estão inclusos os traslados

AATSP: ressurgindo das cinzas

Advogadas e Advogados Trabalhistas (com “A” e “T” maiúsculos), heróis da Justiça do Trabalho!

A partir de 2015, a nova Direção e Conselho eleitos da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) têm cumprido o dever e a missão de fazê-la ressurgir das cinzas. Nossa gestão (minha que escrevo, sua, e de todos) tem como um dos objetivos aproximar a Associação de cada Advogada e Advogado, protegendo-os quando necessário, reagindo às ofensas diretas e indiretas sofridas por todos nós no âmbito profissional e recolocando-nos em nosso devido e merecido lugar, que nos é dado pela história: O topo da Justiça!

Neste primeiro semestre de nova gestão a AATSP tornou-se novamente visível, real e representativa dos interesses da classe dos Advogados Trabalhistas perante os mais diversos órgãos que cuidam do Direito do Trabalho em São Paulo. Nossa voz tem repercutido de forma cada vez mais ampla e restabelecido o respeito e o esplendor da bandeira de nossas prerrogativas profissionais perante os Tribunais Regionais, o Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional etc. Nos últimos anos, salvo as honrosas lutas emplacadas pela OAB/SP, nenhuma outra entidade havia enfrentado,

de maneira direta, as dificuldades encontradas pelos Advogados Trabalhistas no simples desempenhar de suas funções profissionais. As mazelas do PJe, a falta de férias para os Advogados (suspensão de prazos e audiências após o período de recesso), o desrespeito às nossas prerrogativas, a total ausência de diálogo do TRT da 2ª Região com a classe dos Advogados etc. Todos estes dis-sabores, porém, agora têm sido enfrentados de maneira contundente por nós; e, conosco, cerraram fileiras, além da OAB/SP, também outras igualmente valiosíssimas entidades do Estado de São Paulo, como a AASP, CESA, SINSa etc.; todas sensibilizadas com o atual cenário enfrentado pelos Trabalhistas e altamente engajadas e motivadas pelo novo fôlego que cada membro de nossa Direção e Conselho tem emprestado à causa.

Como a Fênix, a AATSP deu início ao seu processo de ressurgimento das cinzas. Alce esse voo conosco, seja bem-vindo à nova era da sua Associação, que é de todos nós! Faça parte dessa história!

Abraços;

Lívio Enescu – Presidente da AATSP

Principais ações da AATSP no 1º semestre de 2015:

- Pedido de Providências ao CSJT quanto à tentativa do TRT da 2ª Região de realizar audiências por videoconferência, em conjunto com a ABRAT;
- Pedido de Providências ao CSJT quanto à instalação de um novo fórum na Zona Norte do Município de São Paulo;
- Visitas e reuniões institucionais para entrega de pleitos a favor da Advocacia Trabalhista de São Paulo ao Presidente do TST, Ministro Barros Levenhagen; à Desembargadora auxiliar da presidência do TST, Dra. Ana Paula Pellegrina Lockamnn; ao Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo; e ao Vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Carlos Lamachia;
- Solicitação aos TRTs da 2ª e 15ª Regiões para concessão de férias aos advogados (suspensão de prazos e

audiências após o período de recesso), em conjunto com a OAB/SP, AASP, SINSa e CESA;

- Inauguração de Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal no fórum Ruy Barbosa, dentro da sala dos Advogados, exclusivo para atendimento de Advogados e Estagiários para depósitos judiciais, recursais e levantamento de alvarás. Uma conquista conjunta da AATSP e OAB/SP;
- Realização de ato público contra o PL 4330/04 (terceirização) em iniciativa conjunta com a AMATRA, MPT, Sintrajud, ANPT etc.;
- Pedido de Providências ao TRT da 2ª Região para instalação de telas de proteção no fórum Ruy Barbosa;
- Pedido de Providências ao TRT da 2ª Região para regulamentação de horário fixo e padronizado para a abertura dos Fóruns, preservando-se um intervalo mínimo de 30 minutos entre a abertura dos portões e o horário designado para as primeiras audiências;

- Solicitação de providências e informações ao TRT da 2ª Região quanto à manutenção e precária condições dos sanitários no fórum Ruy Barbosa;
- Solicitação de informações ao TRT da 2ª Região referentes à Lei Municipal (São Paulo) 14.621/07, que institui a obrigatoriedade de manter aparelho Desfibrilador Externo Automático (DEA) em locais com concentração acima de 1.000 pessoas ou circulação média diária acima de de 3.000 pessoas por dia;
- Apresentação de Pauta de Reivindicações ao TRT da 2ª Região, com mais 20 itens, subdivididos em (i) Relação dos juizes com Advogados, partes e testemunhas; (ii) Fóruns trabalhistas (Barra Funda – Ruy Barbosa, Zona Leste e Zona Sul) e “Novo Fórum” da Zona Norte; (iii) Fórum de Barueri; e (iv) Processo Judicial Eletrônico, Informatizado e Digital;
- Divulgação de manifesto e realização de panfletagem em diversos fóruns da 2ª Região contra “atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) que implicam diretamente no exercício profissional de todos os Advogados Trabalhistas”, que tratou de temas como (i) a retirada das vagas de estacionamento para Advogados no fórum Ruy Barbosa, (ii) fe-

chamento da lanchonete mesmo fórum, (iii) cisão da jurisdição no município, (iv) expressivo aumento do número de violação de nossas Prerrogativas Profissionais, (v) recusa à concessão de férias aos Advogados, (vi) vídeo-audiências (vii) etc.

- Publicação de diversas Notas Públicas a favor e em defesa dos Advogados Trabalhistas;

- Desenvolvimento de novo site/sítio eletrônico na internet (www.aatsp.com.br);

- Criação de fanpage da AATSP no Facebook, atualmente com mais de 5.000 seguidores e mais de 100.000 visualizações de publicações;

- Assinatura de contrato e início do projeto arquitetônico e da reforma do imóvel onde funcionará nossa Nova Sede, a menos de 100 metros do fórum Ruy Barbosa; Recuperação da situação financeira e recomposição do caixa da Associação;

- Participação em diversas cerimônias de posse, atos públicos, eventos sociais e programas de televisão aberta e fechada;

Cursos e eventos realizados neste ano:

Curso processo do trabalho após o novo código de processo civil, realizado nos dias 23, 25 de fevereiro, 02 e 04 de março, na sede da AATSP, tendo como palestrante o Dr. Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho, sob a coordenação do Dr. Oscar Alves de Azevedo;

Comemoração Dia Internacional da Mulher, realizado no dia 10 de março, na sede da AASP, homenagem à Dra. Jussara Rita Rahal, com a palestra do Prof. Dr. Nehemias Domingos de Melo e da Dra. Fátima Zanetti., sob coordenação das Dras. Sarah Hakim, Isabel Cristina de Medeiros Tormes, Luzia Paula Cantal, Eliana Saad Castello Branco e Leopoldina de Lurdes Xavier;

Curso Relações de Trabalho no Desporto, nos dias 09, 1, 12 e 16 de março, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes os Drs. Domingos Sávio Zainaghi, Luiz Fernando Aleixo Marcondes e João Henrique Chiminazzo;

Curso Prática de Advocacia Trabalhista, nos dias 18, 23, 25, 30 de março, 06 e 07 de abril, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes Dr. Horácio Conde S. Ferreira, Gui-

Iherme Granadeiro Guimarães, Lívio Enescu, Elton Enéas Gonçalves, Antero Arantes Martins Filho e Leopoldina de Lurdes Xavier;

Palestra “A Limitação da Dignidade Humana”, realizada no dia 08 de abril, na sede da AATSP, tendo como palestrante a Dra. Carmen Dora de Freitas Ferreira;

Palestra “Marketing Jurídico”, realizada no dia 23 de abril, na sede da AATSP, com o Palestrante Alexandre Motta; Palestra “Corretores de Imóveis: Empregado ou Autônomos?”, realizada no dia 04 de maio, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes a Dra. Renata Do Val e Dr. Rodrigo Arantes Cavalcante;

Curso Temas Atuais de Direito Coletivo do Trabalho sob a ótica empresarial, período de 27 a 30 de abril, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes Drs. Laurício Cioccarri, Flavio Mazzeu, Rodrigo Marmo Malheiros, Marcelo Mattos Trapnell, Ricardo Trajano Valente e Fernando Marmo Malheiros, sob a coordenação do Dr. Rodrigo Marmo Malheiros;

Simpósio Internacional sobre Discriminação nas Relações de Trabalho, realizado no dia 06 de maio, na sede

da AATSP, tendo como Palestrantes o Dr. Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho, Estevão Mallet e Dr. Augustin Émane, sob a coordenação do Dr. Jorge C. Boucinhas Filho;

Curso Procedimento Empresariais para a Aplicação da Justa Causa, período de 11 a 14 de maio, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes Dr. Rodrigo Marmo Malheiros, Alexandre de Assis Correa, Alexandre Biermann e Fernando Marmo Malheiros, sob a coordenação do Dr. Rodrigo Marmo Malheiros;

I Curso de Direito Sindical, realizado no período de 18 a 28 de maio, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes Desembargadora Ivani Contini Bramante, Desembargadores Davi Furtado Meirelles e Rafael Edson Pugliese Ribeiro, Dr. Almir Pazzianotto Pinto, Dr. Guilherme Miguel Gantus, Dra. Claudia Campas Braga Patah, Dr. Raimundo Simão de Melo e o Superintendente do Trabalho, Sr. Luiz Antonio de Medeiros Neto, sob coordenação do Dr. Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros;

Curso Básico de Cálculos Trabalhistas – Cálculos auxiliares para conciliação, realizado no dia 30 de maio, na sede da AATSP, como Palestrante a Dra. Renata Do Val;

I Passeio ciclístico da AATSP em homenagem ao mês do trabalhador, realizado no dia 31 de maio, sob a coordenação do Dr. Aparecido Inácio Ferrari de Medeiros;

Palestra gratuita “A Prática da Advocacia Trabalhista e os Desafios do Jovem Advogado”, realizada no dia 01 de junho, na sede da AATSP, tendo como palestrantes os Drs.

Afonso Paciléio Neto, Rodrigo Marmo Malheiros e Bruno Freire Gallucci;

Palestra gratuita “Prática Jurídica no PJE/JT”, realizada no dia 11 de junho, na sede da AATSP, com o Palestrante Luis Fernando Feóla, sob coordenação da Dra. Leopoldina de Lurdes Xavier;

Palestra gratuita “História da violência contra às mulheres”, realizada no dia 15 de junho, na sede da AATSP, com a Palestrante Celina Simões, sob coordenação da Dra. Luzia Paula Cantal.

Palestra gratuita “As mulheres e os espaços de poder”, realizada no dia 16 de junho, na sede da AATSP, com a Palestrante Monica Sapucaia Machado, sob coordenação da Dra. Luzia Paula Cantal;

Palestras Aposentadoria Rural Híbrida, Ações Acidentárias, Marketing jurídico e o Regime Próprio de Previdência e a Lei 13.135/15, tendo como Palestrantes o Dr. José Enéas Kovalkzuk Filho, Dra. Lilian Betini, Dr. Julio Claudio Marcondes Dimas de Mello e Dr. Bruno Martins, evento da AATSP em conjunto com o IAPE, realizado no dia 26 de junho, na sede da AATSP, sob a coordenação do Dr. Osvaldo Arvate e Dra. Priscila Milena S. de Migueli;

Curso Cuidados Trabalhistas na Gestão de Contratos de Diretores de Empresas, realizado nos dias 06 e 07 de julho, na sede da AATSP, tendo como Palestrantes Dra. Adriana Calvo e Dr. José Carlos Fragoas Pimenta;

Próximos cursos programados:

Curso de extensão – Iniciação do Advogado Trabalhista, a realizar-se no período de 20 a 30 de julho, na sede da AATSP, tendo como Professores Dr. Rodrigo Arantes Cavalcante e Dra. Renata Do Val. Curso voltado aos advogados/estudantes que tem interesse em militar na área trabalhista ou aqueles que já militam servindo o curso como reciclagem. O curso abordará de forma teórica e prática o Processo Judicial Eletrônico, além de assuntos relevantes desde a entrevista com o cliente até a fase de execução, também conterà temas relacionados ao Código de Processo Civil atual e ao novo Código de Processo Civil sobre assuntos que são relacionados à prática na advocacia trabalhista;

Curso de Elaboração de cálculos de liquidação de créditos trabalhistas, a realizar-se no período de 03 a 06 de agosto de 2015, na sede da AATSP, com o Professor Claudio Cesar Grizi Oliva;

Semana Jurídica Beneficente da AATSP e OABSP, a realizar-se no período de 10 a 14 de agosto de 2015, na sede da AATSP, com a participação dos Palestrantes Adriana Calvo, Luciana Veloso, Fátima Zanetti, Guilherme Miguel Gantus, Eli Alves da Silva, Gabriel Lopes Coutinho Filho, Euro Bento Maciel Filho, Ivani Contini Bramante, Leonel Maschietto, Renan Quinalha, Valdir Florindo, Juarez Felix, Leone Pereira, Jorge Pinheiro Castelo e Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho. Presidente de mesa Leopoldina de Lurdes Xavier, Eliana Saad Castello Branco, Horácio Conde, Sônia Mascaro Nascimento e Isabel Cristina de Medeiros Tormes, sob a coordenação de Lívio Enescu, Eliana Saad Castello Branco e Horácio Conde. Coordenação acadêmica de Adriana Calvo.

Mudanças na Previdência Social

* Jane Lucia Wilhelm Berwanger

Nos últimos meses, os segurados têm sido surpreendidos com diversas mudanças na legislação previdenciária. Houve mudanças nas regras das pensões, benefícios por incapacidade e aposentadorias. O objetivo deste artigo é apresentar as principais alterações, desde a publicação da Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014, passando pela sua conversão na Lei n. 13.135, de 18 de junho de 2015 e a Medida Provisória n. 676, também publicada no dia 18 de junho de 2015.

O Estatuto da Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, também trouxe mudanças na legislação, porém só entra em vigor no próximo ano.

De todas as mudanças, destacam-se alguns pontos. O primeiro é de que adequações na legislação são necessárias e importantes. As mudanças sociais e demográficas causam impactos na previdência social e o legislador não pode fechar os olhos para a nova realidade. Uma mudança significativa ocorreu no benefício de pensão por morte: as viúvas ou viúvos passam a ter limites de percepção do benefício previdenciário, que varia de 3 a 20 anos e só é vitalício se o cônjuge/companheiro sobrevivente tiver 44 anos de idade ou mais. Essa nova configuração da pensão por morte se justifica na medida em que a sociedade não quer pagar um benefício para alguém que está em plenas condições de trabalho. Note-se que os filhos continuam recebendo até os 21 anos de idade. Outra exigência é de dois anos de casamento ou união estável, também foi bem recebida pela sociedade. Essas e outras mudanças inseridas na legislação previdenciária referentes à pensão por morte se aplicam também ao auxílio-reclusão.

Já, outras mudanças como a de limitar o valor do auxílio-doença (que está limitado à média das últimas doze contribuições mensais) merecem críticas. Entende-se que jamais se poderia aplicar a regra mais prejudicial ao trabalhador. Maior, todavia, deve ser a crítica ao fundamento utilizado para as reformas mais

recentes: o chamado déficit da previdência. O Sistema de Seguridade Social (formado pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Sociais) é superavitário, tendo-se obtido uma sobra de 76,2

bilhões de reais em 2013 (último dado disponível). Esses dados são divulgados todos os anos pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (ANFIP)¹. E o déficit tem sido usado constantemente pelo Governo para justificar medidas provisórias e prejuízos aos segurados.

Conclui-se, portanto, que alterações legislativas são importantes e até mesmo necessárias, mas deveriam ser promovidas de forma concentrada (a Lei 8.213/91 foi alterada pelo menos 10 vezes desde o final do ano passado) e terem por pressuposto a ampliação de direitos e não o falso déficit do sistema previdenciário.

*Advogada. Doutora em Direito Previdenciário pela PUC-SP. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Professora do PPGDireito – Mestrado e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI), Campus Santo Angelo/RS. Autora de várias obras de Direito Previdenciário.



“As mudanças sociais e demográficas causam impactos na previdência social e o legislador não pode fechar os olhos para a nova realidade...”

1 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DA RECEITA FEDERAL. Publicação comprova superavit de R\$ 76,2 bi na Seguridade Social. Disponível em <http://www.anfip.org.br/informacoes/releases/Release-Publicacao-comprova-superavit-de-R-762-bi-na-Seguridade-Social_12-11-2014> Acesso em 14 jul 2015.

Pré-CONAT:

Temas atuais de Direito do Trabalho



1/9 terça-feira

- 19 h **O novo Recurso de Revista.**
Ronaldo Ferreira Tolentino
- 20 h **Acidente de Trabalho e a Responsabilidade do Empregador.**
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho

3/9 quinta-feira

- 19 h **Assédio Moral e Sexual no Direito do Trabalho.**
Karlla Patrícia Souza
- 20 h **A advocacia no âmbito do Direito Coletivo e Sindical. Aspectos práticos.**
Alessandra Camarano Martins

8/9 terça-feira

- 19 h **Aspectos relevantes do novo CPC para o Processo do Trabalho.**
Ricardo de Carvalho Aprigliano
- 20 h **Direito Desportivo do Trabalho.**
Domingos Sávio Zainaghi

10/9 quinta-feira

- 19 h **O jovem advogado e a advocacia trabalhista. Prerrogativas. Audiência.**
Lívio Enescu
Moyses Monteiro *(a confirmar)*
Pedro Ernesto Arruda Proto

15/9 terça-feira

- 19 h **O trabalhador doméstico.**
Ricardo Pereira de Freitas Guimarães
- 20 h **As transformações pelas quais passa a advocacia trabalhista.**
Luís Carlos Moro

17/9 quinta-feira

- 19 h **A questão dos Precedentes do novo CPC no Processo do Trabalho.**
Nilton da Silva Correa *(a confirmar)*
- 20 h **Constrangimentos nas relações de trabalho.**
Antônio Fabrício de Matos Gonçalves *(a confirmar)*

Mais informações: www.aasp.org.br

Minas Gerais



Belo Horizonte

Advogados da área trabalhista participaram no Departamento de Apoio ao Advogado da Capital (DAAC), em Belo Horizonte, de curso sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe). A capacitação foi promovida pela Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas (AMAT) em parceria com a OAB/MG.

O representante da seccional mineira no grupo regional de implantação do PJe no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 3ª Região, Carlos Schirmer Cardoso e a especialista em Direito Processual, Gláucia Campolina Ferreira, conduziram o treinamento.



Rio de Janeiro



A diretoria tesoureira da ABRAT, Araçari Baptista e diretores da Associação Carioca de Advogados trabalhistas (ACAT/RJ) participaram da inauguração do Cine Clube CAARJ - com o filme Busca da lara.

O filme-documentário narra a vida da psicóloga e guerrilheira brasileira lara lavelberg, integrante da luta armada contra a ditadura militar



Rio de Janeiro



Acontecerá no próximo dia 20, no Rio de Janeiro, o SARAU da ACAT. Oportunidade dos advogados trabalhistas baterem papo, contarem casos jurídicos e claro, se confraternizarem.

O Sarau será realizado no Salsa & Cebolinha, na Rua Gomes Freire, 517, Centro, no Rio de Janeiro, a partir das 18h30.



Espírito Santo



O desembargador presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, José Carlos Risk acolheu pedido da Associação Espírito-Santense de Advogados

Sergipe



O diretor da ABRAT, Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, ministrou curso em Sergipe sobre a Regulamentação do trabalhador Doméstico.

O curso foi coordenado pela Associação Sergipana dos Advogados trabalhistas (ASSAT).

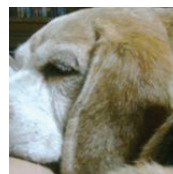


ogados Trabalhistas (AESAT) para a suspensão de prazos e audiências no período de 07 a 17 de janeiro de 2016.

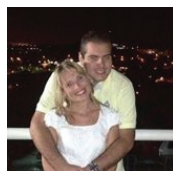
ABRAT NO facebook



Silvia Lopes Burmeister
28 de julho às 22:35 ·
OAB MG "AMIGA DA ABRAT" apoiadora e parceira sempre da advocacia trabalhista!



Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira
28 de julho ·
A OAB e ABRAT há tempos vem pedindo providências contra os buscadores. Aqui no RS a AGETRA e SATERGS aderiram a luta e o MPTRS também a encampou. Agora o MPF se deu conta da importância do assunto. Em tempos de internet todo mundo está nu não só o rei.



Moisés Monteiro
28 de julho às 12:35 ·
Minas Gerais fica Lisonjeada com a visita de nossa Querida Presidente da Abrat Net, Dra. Silvia Lopes Burmeister, o Presidente

da OAB/MG Luís Cláudio Chaves, que ano passado recebeu o CONAT e ABRAT, então presidida pelo atual Diretor Tesoureiro da OAB/MG Dr. Antonio Fabrício Gonçalves, no estado de MG, não se furtou a incentivar o evento e manifestar seu apoio incondicional ao Congresso deste ano. Nosso Presidente Fabrício Souza Cruz Almeida, franqueou todo seu apoio e de nos...



Ver mais
— com Isabel Dorado e outras 4 pessoas.

Dayse C. de Almeida adicionou 2 novas fotos.

29 de julho às 19:31 ·
Curso da ASSAT (Associação Sergipana dos Advogados Trabalhistas) lotado!!! Muito bom encontrar colegas que valorizam a advocacia com a preocupação em reciclar conhecimentos.

— se sentindo aprendiz com Roseline Moraes e outras 5 pessoas em OAB/SE - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe.

Dourados/MS, 20 de julho de 2015

Pela 1ª vez, MS vai sediar congresso brasileiro de advogados trabalhistas

DEBATE | A 37ª edição do Conat será de 8 a 11 de outubro, no Centro de Convenções de Campo Grande

RAFAEL HENRIQUE DE DOURADOS

O Conat (Congresso Brasileiro de Advogados Trabalhistas) será realizado pela primeira vez em Mato Grosso do Sul, em outubro, na capital. O evento reúne advogados trabalhistas de todo o Brasil e até de outros países da América do Sul. A realização da 37ª edição do Conat é da Abra (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas) em parceria com a Associação dos Advogados Trabalhistas de MS. Na programação do evento estão cursos, oficinas e palestras.

O evento é direcionado aos advogados trabalhistas, mas toda a sociedade é convidada a participar. De acordo com o presidente da Comissão dos Advogados Trabalhistas da 4ª subseção da OAB-MS (Ordem

“Apesar dos temas serem direcionados aos advogados, qualquer cidadão poderá participar do evento e das oficinas que serão realizadas”.

WANDER MEDEIROS, advogado trabalhista

dos Advogados do Brasil) e membro da organização do Conat no Estado, Wander Medeiros, estudantes e profissionais de outras áreas têm espaço no congresso.

“Apesar dos temas serem direcionados aos advogados, qualquer cidadão poderá participar do evento e das oficinas que serão realizadas”, afirma Medeiros.

Ele explica a importância deste evento para os avanços nos direitos trabalhistas no Brasil e diz que muitos trabalhadores ainda desconhecem direitos básicos nas relações entre empregado e empregador, e situações assim abrem um espaço para abusos e desrespeitos com o que está garantido em lei.

“Se o trabalhador desconhece seu próprio direito, não terá como saber se está sendo lesado ou não. E digo mais, as pessoas deveriam ter noção não apenas no direito

trabalhista, mas conhecerem um pouco de tudo, pois estão presentes no nosso dia-a-dia”, explica.

As inscrições estão divididas em quatro etapas: advogados associados, advogados não associados, estudantes e

empenho. Para cada categoria a inscrição será um valor diferente. Estas inscrições podem ser feitas até o dia 29 de setembro com um valor, depois dessa data os valores ficam mais caros. As inscrições são feitas através do endereço eletrônico

O Conat tem apoio institucional do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, OAB de Minas Gerais, AASP (Associação dos Advogados de São Paulo), OAB do Rio de Janeiro e Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro.

www.conat2015.com.br.

CARAVANA
A expectativa é que saia de Dourados uma grande caravana de advogados para Campo Grande, já que o evento é um importante encontro de troca de experiências e contatos com advogados de outras regiões do Brasil e de até outros países. “Eventos assim são importantes para que aos advogados façam contatos e troquem experiências. É uma forma de se atualizar”, afirma.

ADVOGADOS de MS se preparam para congresso brasileiro que acontece no Estado em outubro deste ano



Cartilha da ABRAT é utilizada pela GloboNews para ilustrar matéria.

AGENDA

Agosto

11 – Descerramento da foto do ex-presidente Antônio Fabrício de Matos Gonçalves – sede da ABRAT – Brasília/DF

20- Sarau da ACAT/RJ – Rio de Janeiro/RJ
28 – Pré-CONAT – Campo Grande (MS)

Outubro

11 – Entrega da comenda a presidente Sílvia Lopes Burmeister – TST – Brasília/DF
10 a 14 - Semana Jurídica Beneficente da AATSP e OABSP – Sede da AATSP

08 a 09 – XXXVII Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (CONAT) – Campo Grande (MS)